

Austeridade e expansão, remédios para a dívida

22 NOV 1984

RIO
Agência Estado

O problema da dívida externa dos países em desenvolvimento somente poderá ser equacionado se houver a conjunção de dois fatores: adoção de políticas econômicas domésticas caracterizadas pela austeridade e crescimento econômico mundial, que permitirá fluxo estável de exportações capaz de gerar saldos para os países endividados.

Esta será a proposição básica que o economista José Júlio Senna, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e diretor do Banco Boavista de Investimentos, defenderá hoje, em Viena, Áustria, em seminário sobre endividamento externo, promovido pela Austria Society for Foreign Policy e pelo Banco Zentralsparkasse. Ele será o único especialista latino-americano presente à reunião.

Para o economista da FGV é inútil a preocupação dos organismos financeiros internacionais e do FMI com o balanço de pagamentos dos países endividados ou com a obtenção de superávit na balança comercial, na medida em que não houver execução de uma política econômica austera, mas voltada para a recuperação do crescimento econômico. Argumenta que se a inflação continuar em níveis elevados, nos países em desenvolvimento, a retomada do crescimento econômico será inviável. Ele também manifestará sua opinião de que um dos grandes problemas dos países endividados, que é o crescimento do déficit público, somente será solucionado com a criação de

um banco central independente, que impeça as despesas excessivas do governo federal.

José Júlio Senna mostrará ainda que a sociedade brasileira não pode acreditar na queda da inflação enquanto o déficit público representar 18% do Produto Interno Bruto, e o governo continuar tomando dinheiro de graça no Banco Central. Com a atual subordinação do Banco Central ao Ministério da Fazenda, o BC não pode negar os pedidos do Tesouro Nacional para financiar o déficit público, destaca Senna.

JUROS

Senna também dirá que outra condição básica para o equacionamento da dívida externa dos países em desenvolvimento relaciona-se à taxa de juros do mercado norte-americano. "Se houver aumento daquela taxa, os países endividados não terão como saldar seus compromissos", segundo o economista da FGV. Por isso, ele considera fundamental a redução do déficit fiscal dos Estados Unidos, previsto no início do ano em US\$ 172 bilhões, mas que ficará de fato em torno de US\$ 210 bilhões. Ele também está temeroso de que o elevado déficit fiscal norte-americano poderá reverter a tendência atual de queda da taxa de juros nos EUA, tornando-a novamente ascendente.

Senna também criticará o que denomina de "soluções mirabolantes", como declaração de moratória, tabelamento de juros nos pagamentos ou capitalização dos juros, propostas, segundo ele, inócuas para resolver o problema do pagamento da dívida externa.